

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018

SICOOB CENTRAL SC/RS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018



Balanco Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de Reais

Descrição	Ativo		2018	2017
	Nota			
Circulante			5.881.484	5.787.369
Disponibilidades	4		6	91
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5		4.886.256	4.785.247
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros			4.886.256	4.785.247
Títulos e Valores Mobiliários	6		262.367	467.443
Carteira Própria			211.556	405.821
Vinculados à Prestação de Garantias			50.811	61.622
Relações Interfinanceiras	7		672.394	457.175
Repasses Interfinanceiros			672.394	457.175
Operações de Crédito	8		54.653	68.367
Operações de Crédito			54.672	68.457
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa			(20)	(90)
Outros Créditos	9		5.448	8.091
Rendas a Receber			-	-
Diversos			5.448	8.091
Outros Valores e Bens	10		360	955
Outros Valores e Bens			281	907
Despesas Antecipadas			79	48
Não Circulante			1.454.409	835.875
Realizável a Longo Prazo			1.234.872	637.616
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5		57.227	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros			57.227	-
Títulos e Valores Mobiliários	6		1.136.038	597.905
Carteira Própria			400.883	164.602
Vinculados à Prestação de Garantias			735.154	433.304
Relações Interfinanceiras	7		34.792	35.649
Repasses Interfinanceiros			34.792	35.649
Operações de Crédito	8		3.060	331
Operações de Crédito			3.073	331
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa			(13)	-
Outros Créditos	9		3.755	3.730
Diversos			3.755	3.730
Investimentos	11		213.612	190.938
Ações e Cotas			213.612	190.938
Imobilizado	12		4.406	4.765
Outras Imobilizações de Uso			10.471	9.676
(-) Depreciações Acumuladas			(6.065)	(4.911)
Intangível			1.520	2.556
Softwares			13.423	13.223
(-) Amortizações Acumuladas			(11.904)	(10.667)
Total do Ativo			7.335.894	6.623.244

Balanco Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de Reais

Descrição	Passivo		2018	2017
	Nota			
Circulante			6.969.386	6.260.594
Depósitos	13		1.964.756	2.480.991
Depósitos à Vista			85	85
Depósitos sob Aviso			697	656
Depósitos a Prazo			1.963.974	2.480.250
Relações Interfinanceiras	14		4.954.432	3.585.885
Repasses Interfinanceiros			567.815	338.138
Centralização Financeira - Cooperativas			4.386.617	3.247.747
Relações Interdependências	15		673	209
Recursos em Trânsito de Terceiros			673	209
Obrigações por Repasses	16		13.834	167.980
Obrigações por Repasses - Outras Instit. Oficiais			13.834	167.980
Outras Obrigações	17		35.691	25.529
Sociais e Estatutárias	17.1		2.512	1.643
Fiscais e Previdenciárias	17.2		659	640
Diversas	17.3		32.520	23.247
Não Circulante			26.718	44.207
Obrigações por Repasses	16		23.059	37.385
Repasses do País - Instit. Oficiais			4.410	4.639
Repasses do País - Outras Instit. Oficiais			18.648	32.745
Outras Obrigações	17		3.660	6.822
Diversas	17.3		3.660	6.822
Patrimônio Líquido			339.790	318.443
Capital Social	19.a		280.152	269.034
Reserva de Capital			39.635	30.896
Reserva de Sobras			9.328	7.252
Sobras do Período			10.676	11.260
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido			7.335.894	6.623.244

Rui Schneider da Silva
Presidente

Valcir José Pscheidt
Secretário

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC - MG-071309/O-3 T-SC

Demonstrações de Sobras ou Perdas
Exercícios findos em 31 de dezembro

Descrição	Nota	Em milhares de Reais		
		2º Semestre 2018	2018	2017
Ingressos da Intermediação Financeira	20	203.340	395.997	541.360
Resultado com Operações de Crédito		610	1.449	1.498
Resultado com Títulos e Valores Mobiliários		202.587	394.266	534.645
Resultado de Aplicações Compulsórias		143	281	5.217
Dispêndios da Intermediação Financeira	21	(75.752)	(162.652)	(386.253)
Operações de Captação no Mercado	13.a	(66.038)	(139.539)	(368.446)
Operações de Empréstimos e Repasses		(9.511)	(22.683)	(17.497)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(202)	(431)	(311)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		127.588	233.345	155.107
Outras Receitas (despesas) Operacionais		(127.205)	(212.647)	(133.108)
Receitas de Prestação de Serviços		74	171	317
Despesas de Pessoal		(9.603)	(17.843)	(16.358)
Outras Despesas Administrativas		(13.837)	(26.106)	(18.026)
Despesas Tributárias		(102)	(193)	(161)
Outras Receitas Operacionais	20.1	43.756	102.949	72.771
Outras Despesas Operacionais	21.1	(147.493)	(271.625)	(171.651)
Resultado operacional		383	20.698	21.999
Resultado Não Operacional	22	2	9	311
Resultado Antes da Tributação e da Participação nas Sobras		385	20.707	22.310
Imposto de Renda e Contribuição Social		(2)	(2)	(133)
Imposto de Renda		(1)	(1)	(69)
Contribuição Social		(1)	(1)	(64)
Participação nas Sobras		(383)	(767)	-
Sobras Líquidas		-	19.938	22.177

Rui Schneider da Silva
Presidente

Valcir José Pscheidt
Secretário

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC - MG-071309/O-3 T-SC

Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de Reais

Eventos	Capital Social	Reserva de	Reservas de Sobras		Sobras a	Total
	Capital	Capital	Legal	Outras	Disposição da AGO	
SALDO EM 31/12/2016	228.619	16.782	4.990	10	9.999	260.400
MUTAÇÕES EM 2017	40.415	14.115	2.252	-	1.261	58.042
Destinação de Sobras						
Exercício Anterior:						
Constituição de Reservas Ao Capital	-	5.000	-	-	(5.000)	-
	5.000	-	-	-	(5.000)	-
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização	35.416	-	-	-	-	35.416
Reversões de Reservas Sobras ou Perdas Líquidas	-	(2.000)	-	-	-	(2.000)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:	-	-	-	-	22.177	22.177
Fundo de Reserva	-	7.882	2.252	-	(10.134)	-
F A T E S	-	-	-	-	(1.427)	(1.427)
Outros Eventos						
Contribuições Monetárias para Reservas	-	2.035	-	-	-	2.035
Devolução para Reserva	-	1.198	-	-	-	1.198
Absorção de Despesas - FATES	-	-	-	-	644	644
SALDO EM 31/12/2017	269.034	30.896	7.242	10	11.260	318.443
MUTAÇÕES EM 2018	11.118	8.738	2.075	-	(584)	21.347
Destinação de Sobras						
Exercício Anterior:						
Constituição de Reservas Ao Capital	-	5.630	-	-	(5.630)	-
	5.630	-	-	-	(5.630)	-
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização	5.488	-	-	-	-	5.488
Por Devolução (-)	-	-	-	-	-	-
Reversões de Reservas Sobras ou Perdas Líquidas	-	(14.870)	-	-	299	(14.571)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:	-	-	-	-	19.938	19.938
Fundo de Reserva	-	7.264	2.075	-	(9.339)	-
FATES	-	-	-	-	(1.043)	(1.043)
Reversões de Reservas de fundos obrigatórios:	-	-	-	-	-	-
Contribuições Monetárias para Reservas	-	3.621	-	-	-	3.621
Devolução para Reserva	-	7.094	-	-	-	7.094
Absorção de Despesas - FATES	-	-	-	-	820	820
SALDO EM 31/12/2018	280.152	39.635	9.318	10	10.676	339.790

Rui Schneider da Silva
Presidente

Valcir José Pscheidt
Secretário

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC - MG-071309/O-3 T-SC

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro

Descrição	Em milhares de Reais		
	2º SEMESTRE 2018	2018	2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Ajustes:			
Sobras/Perdas do Exercício	385	20.707	22.310
IRPJ / CSLL	(2)	(2)	(133)
Provisão para Operações de Crédito	(5)	(57)	29
Participação nas Sobras	(383)	(767)	-
Depreciações e Amortizações	1.238	2.390	2.203
	1.233	22.270	24.409
Aumento (redução) em ativos operacionais	3.774.421	(213.599)	(660.503)
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.770.812	445.761	138.429
Títulos e Valores Mobiliários	(765.250)	(459.255)	(464.077)
Relações Interfinanceiras	(243.474)	(214.362)	(341.848)
Relações Interdependências	-	-	60
Operações de Crédito	10.687	11.044	14.681
Outros Créditos	820	2.619	(7.695)
Outros Valores e Bens	826	595	(53)
Aumento (redução) em passivos operacionais	146.228	691.302	1.331.422
Depósitos à Vista	-	-	(94)
Depósitos sob Aviso	21	41	57
Depósitos a Prazo	(256.230)	(516.275)	(1.951.835)
Outras Obrigações	1.723	6.998	17.792
Relações Interdependências	(200)	464	209
Relações Interfinanceiras	410.080	1.368.547	3.217.568
Obrigações por Repasses no País	(9.167)	(168.472)	47.724
CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS	3.921.882	499.974	695.329
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Investimento	-	(22.674)	(21.262)
Imobilizações de Uso	(495)	(795)	(1.894)
Intangível	(200)	(200)	(143)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM INVESTIMENTOS	(695)	(23.669)	(23.299)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Aumento por novos aportes de Capital	338	5.488	35.416
FATES - Sobras Exercício	(1.043)	(1.043)	(1.427)
Absorção de Despesas - FATES	820	820	644
Utilização - Reservas	(14.571)	(14.571)	(2.000)
Contribuições Monetárias - Reservas	2.200	3.621	2.035
Devolução - Reservas	-	7.094	1.198
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM FINANCIAMENTOS	(12.256)	1.409	35.865
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.908.931	477.714	707.895
Modificações em Caixa e Equivalentes de Caixa			
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	809.893	4.241.110	3.533.215
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	4.718.824	4.718.824	4.241.110
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.908.931	477.714	707.895

Rui Schneider da Silva
Presidente

Valcir José Pscheidt
Secretário

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC - MG-071309/O-3 T-SC

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL - SICOOB CENTRAL SC/RS**, é uma sociedade cooperativa, fundada em **08/11/1985**, componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

Está integrada à Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. – SICOOB Confederação e é uma das acionistas do Banco Cooperativo do Brasil S/A – BANCOOB, tendo controle compartilhado sobre o mesmo.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 21/1/2019.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Central incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - Resolução CMN nº 4.524/2016; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 04 (R1) – Ativo Intangível - Resolução CMN nº 4.534/2016; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 4.636/2018; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009; CPC 27 – Ativo Imobilizado - Resolução CMN nº 4.535/2016; CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados Resolução – CMN nº 4.424/2015.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços às Cooperativas ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários

As aplicações financeiras a serem mantidas até o seu vencimento são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

e) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

f) Provisão para Operações de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

g) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

h) Investimentos

Representados substancialmente por quotas da Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. – SICOOB Confederação, ações Banco Cooperativo do Brasil S/A – BANCOOB, avaliadas pelo método de custo de aquisição, e na controlada SICOOB SC/RS Corretora e Administradora de Seguros S/A.

i) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

j) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

k) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Demais Ativos e Passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

m) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n) Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

o) Obrigações Legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

p) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não cooperativos de acordo com o Decreto nº 9.580/2018. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 193 do mesmo Decreto.

q) Segregação em Circulante e Não Circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

r) Valor Recuperável de Ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2018** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

s) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2018**.

4. Disponibilidades

Em **31 de dezembro de 2018 e 2017**, as disponibilidades estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Caixa	3	4
Depósitos Bancários	3	87
TOTAL	6	91

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

São avaliadas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício. Em **31 de dezembro de 2018 e 2017**, as aplicações em depósitos interfinanceiros estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros - De curto Prazo	57.227	4.785.247
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros - De longo Prazo	4.886.256	-
TOTAL	4.943.484	4.785.247

6. Títulos e Valores Mobiliários

Em **31 de dezembro de 2018 e 2017**, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Título De Renda Fixa	424.111	457.426
Cotas De Fundos De Investimento	188.329	112.997
Vinculados a Prestação de Garantias	785.966	494.926
TOTAL	1.398.405	1.065.348

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Letras Financeiras do Tesouro e Cotas de Fundo de Renda Fixa com remuneração de, aproximadamente, 98% a 104,90% do CDI.

7. Relações Interfinanceiras

Em **31 de dezembro de 2018 e 2017**, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Cooperativas de Crédito Rural	703.754	488.917
Centralização Financeira	3.790	4.203
(-) Cooperativas de Crédito Rural	(359)	(296)
TOTAL	707.185	492.824

8. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2018			31/12/2017
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos	54.242	1.589	55.831	66.569
Financiamentos	430	1.484	1.914	2.220
(-) Provisões para Operações de Crédito	(20)	(13)	(33)	(90)
TOTAL	54.653	3.060	57.712	68.699

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo	Financiamentos	Total em	Provisões	Total em	Provisões
					31/12/2018	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2017
AA	-	Normal	50.423	1.227	51.650	-	53.066	-
A	0,50%	Normal	5.408	601	6.009	(30)	13.444	(67)
B	1%	Normal	-	-	-	-	2.279	(23)
C	3%	Normal	-	86	86	(3)	-	-
Total Normal			55.831	1.914	57.745	(33)	68.789	(90)
Total Geral			55.831	1.914	57.745	(33)	68.789	(90)
Provisões			(27)	(6)	(33)		(90)	
Total Líquido			55.804	1.908	57.712		68.699	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	2.159	52.083	1.589	55.831
Financiamentos	110	320	1.484	1.914
TOTAL	2.269	52.403	3.073	57.745

9. Outros Créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2018	31/12/2017
Diversos (a)	9.203	11.821
TOTAL	9.203	11.821

(a) Refere-se, substancialmente, a devedores por depósitos em garantia, a adiantamentos para pagamentos de nossa conta, e a participação no Fundo de Gestão de Bens Não de Uso Próprio do SICOOB Confederação.

10. Outros Valores e Bens

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Material em Estoque	281	907
Despesas Antecipadas (a)	79	48
TOTAL	360	955

(a) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, processamentos de dados e outros.

11. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. – SICOOB Confederação, ações Banco Cooperativo do Brasil S/A – BANCOOB, avaliadas pelo método de custo de aquisição, na controlada SICOOB SC/RS Corretora e Administradora de Seguros S/A e na CNAC – Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Participações Inst Financ Controlada Coop Crédito	171.666	147.789
Participações Coop Exceto Coop Central Crédito	198	-
Sicoob Confederação	41.484	40.689
Participações Empr Controlada Coop Central Crédito	261	2.456
Outras Participações	5	5
(-) Ações De Empresa Telefônica	(2)	(2)
TOTAL	213.612	190.938

12. Imobilizado de Uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017	Taxa Depreciação
Instalações	618	506	10%
(-) Depreciação Acumulada de Instalações	(279)	(80)	
Móveis e equipamentos de Uso	3.256	3.138	10%
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso	(1.376)	(1.085)	
Sistema de Comunicação	455	407	20%
Sistema de Processamento de Dados	5.272	4.801	10%
Sistema de Segurança	589	544	10%
Sistema de Transporte	280	280	20%
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso	(4.410)	(3.746)	
TOTAL	4.406	4.765	

13. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata às cooperativas, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos preestabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de *pro rata temporis*, já a remunerações pré-fixadas são calculadas o prazo final das operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Depósito à Vista	85	85
Depósito Sob Aviso	697	656
Depósito a Prazo	1.963.974	2.480.250
TOTAL	1.964.756	2.480.991

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida por Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme Resolução CMN nº4.284/2013. As instituições associadas são todas as Cooperativas Singulares de Crédito e os Bancos Cooperativos.

a) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2018	2017
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(41)	(57)
Despesas de Depósitos a Prazo	(139.498)	(368.388)
TOTAL	(139.539)	(368.446)

14. Relações Interfinanceiras

São demonstrados recursos captados junto a outras instituições acrescido de encargos financeiros para fins de repasse às cooperativas associadas na modalidade de Crédito Rural.

É também composto da centralização financeira das disponibilidades líquidas das Cooperativas singulares, depositadas junto ao **SICOOB CENTRAL SC/RS** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Recursos de crédito rural	567.815	338.138
Centralização financeira – cooperativas	4.386.617	3.247.747
TOTAL	4.954.432	3.585.885

15. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a Central são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Recebimentos em Trânsito de Terceiros	673	209
TOTAL	673	209

16. Obrigações por Repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse às Cooperativas associadas em diversas modalidades e capital de giro.

Instituições	31/12/2018		31/12/2017	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
BRABESCO	11.917	14.821	13.229	27.456
ITAU	1.639	3.082	153.962	4.573
BADESC	278	745	306	717
BNDES	-	4.410	-	4.639
SAFRA	-	-	484	-
TOTAL	13.834	23.059	167.980	37.385

17. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Sociais e Estatutárias	2.512	1.643
Fiscais e Previdenciárias	659	640
Diversas	36.179	30.069
TOTAL	39.350	32.352

17.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Resultado de Atos com Associados	1.422	1.149
Resultado de Atos com Não Associados (a)	324	319
Gratificações e Participações a Pagar (b)	767	-
Cotas de Capital a Pagar (c)	-	175
TOTAL	2.512	1.643

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da Central, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% (cinco por cento) das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo a instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se a um Programa de Participação nos Resultados, com regulamento próprio aprovado pelo Conselho de Administração, no qual estabelece os critérios para elegibilidade e pagamento, condicionados a realização mínima de resultado estabelecido no regulamento.

(c) Refere-se às cotas de capital a devolver de cooperativas desligadas.

17.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar	-	60
Impostos e Contribuições a Recolher	658	580
TOTAL	659	640

17.3 Diversas

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	55	-
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento	1	1
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	4.618	4.658
Provisão para Passivos Contingentes (b)	3.660	6.822
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	-	27
Credores Diversos – País (c)	27.845	18.560
TOTAL	36.179	30.069

(a) Referem-se, substancialmente, à provisão para pagamento de despesas de pessoal, outras despesas administrativas e outros pagamentos.

(b) É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais, trabalhistas e cíveis em que a Cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2018		31/12/2017	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
Para Interposição de Recursos Fiscais - Lei 9.703/98	3.440	3.547	3.360	3.466
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	-	208	58	264
Outros	219	-	3.405	-
TOTAL	3.660	3.755	6.822	3.730

PIS e COFINS - quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a Central entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS. Consequentemente, registrou as correspondentes obrigações referentes aos exercícios de 2000 a 2004 para o COFINS e de 2002 a 2004 para o PIS, sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica Depósitos em Garantia.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação de provisão das causas judiciais obedecem a Resolução CMN nº 3.823/2009, portanto, quando exista na data do balanço uma obrigação de "Provável Perda", a Cooperativa reconhece a provisão e quando não for de "Provável Perda", a instituição divulga a contingência passiva, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB CENTRAL SC/RS**, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda remota. Essas ações abrangem, basicamente, ações trabalhistas ou cíveis.

(c) Refere-se, substancialmente, a remuneração da centralização financeira no período de dezembro de 2018, com previsão de pagamento às filiadas em janeiro de 2019.

18. Instrumentos Financeiros

O **SICOOB CENTRAL SC/RS** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

19. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 3,00 (três reais) cada e integralizado por suas Cooperativas. De acordo com o Estatuto Social cada Cooperativa tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Capital Social	280.152	269.034
Associados	42	40

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10% (dez por cento), utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

c) Fundo de Estabilidade Financeira – F.E.F.

Representada pelas destinações estatutárias obrigatórias no percentual mínimo de 35% (trinta e cinco por cento), podendo destinar-se até 100% (cem por cento) das sobras líquidas do exercício, se assim definido pela Assembleia Geral.

Além dos recursos previstos estatutariamente, o FEF poderá ser acrescido com contribuições espontâneas, operacionais, devolução dos valores fornecidos as cooperativas filiadas ao **SICOOB CENTRAL SC/RS**, e outras fontes, mediante autorizações das cooperativas participantes do **SICOOB CENTRAL SC/RS**, em conformidade com as disposições em regulamento próprio do fundo, aprovado pelo Conselho de Administração.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 12/12/2018, as cooperativas aprovaram a alteração e consolidação do Regulamento do Fundo de Estabilidade Financeira (FEF), permitindo aportar, extraordinariamente, recursos junto ao Fundo de Estabilidade e Liquidez do Sicoob (FGS), na forma prevista no estatuto e regulamento daquele fundo, o qual visa dar cobertura de liquidez ou assistência financeira para as singulares associadas ao sistema Sicoob em todo país, objetivando o saneamento econômico-financeiro e/ou fortalecimento patrimonial.

Desta forma, em **2018** foi utilizado o valor de R\$14.870 (quatorze milhões, oitocentos e setenta mil reais) do FEF para aporte no Fundo de Estabilidade e Liquidez do Sicoob.

d) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 15/2/2018, as Cooperativas deliberaram a distribuição da sobra do exercício findo em **31 de dezembro de 2017**, no valor de R\$ 11.260 (onze milhões duzentos e sessenta mil reais), 50% (cinquenta por cento) serão destinados ao FEF, no valor de R\$ 5.630 (cinco milhões seiscentos e trinta mil reais), e 50% (cinquenta por cento) rateados entre as cooperativas filiadas, na forma de capitalização junto à Central, no valor de R\$ 5.630 (cinco milhões seiscentos e trinta mil reais).

e) Destinações Estatutárias e Legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
01. Resultado depois Trib. s/ Lucro	19.938	22.177
02. (+/-) Absorção de Despesas	820	644
(+) Realização do FATES	820	644
03. Sobras Líquidas do período (1+2)	20.758	22.821
(-) FATES Resultado com não associados	(5)	(301)
(-) FATES	(1.038)	(1.126)
(-) Reserva Legal	(2.075)	(2.252)
(-) Fundo de Estabilidade Financeira – FEF	(7.264)	(7.882)
(+) Reversão do Fundo de Estabilidade Financeira – FEF	299	-
04. Sobras a Disposição da AGO	10.676	11.260

20. Ingressos da Intermediação Financeira

Descrição	2018	2017
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	11	5
Rendas de Empréstimos	1.290	1.317
Rendas de Financiamentos	148	176
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	360.568	462.039
Rendas c/ Tít.Valores Mobil. e Instrumentos Financ.	33.698	72.606
Resultado de aplicações compulsórias	281	5.217
TOTAL	395.997	541.360

20.1 Outras Receitas Operacionais

Descrição	2018	2017
Recuperação de Encargos e Despesas	3.843	3.356
Reversão de Provisão para Garantias Prestadas	160	28
Rendas de Repasses Interfinanceiros	29.599	10.831
Repasses Interfinanceiros	433	148
Atualização de Depósitos Judiciais	106	525
Outras Rendas Operacionais (a)	68.808	57.884
TOTAL	102.949	72.771

(a) Refere-se, substancialmente, ao rateio de despesas da Central entre filiadas.

21. Dispendios da Intermediação Financeira

Descrição	2018	2017
Despesas De Captação	(139.539)	(368.446)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(22.683)	(17.497)
Provisões para operações de crédito	(431)	(311)
TOTAL	(162.652)	(386.253)

21.1 Outras Despesas Operacionais

Descrição	2018	2017
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos	(271.095)	(171.004)
Provisão para Passivos Contingentes	(81)	(525)
Provisão para Passivos Trabalhistas	(4)	-
Contrib. ao Fundo Tecnologia da Informação	(31)	(15)
Outras Despesas Operacionais	(414)	(108)
TOTAL	(271.625)	(171.651)

22. Resultado Não Operacional

Descrição	2018	2017
Lucro em Transações com Valores de Bens	-	30
Ganhos de Capital	7	1
Outras Rendas não Operacionais	2	280
Resultado Líquido	9	311

23. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são cooperativas singulares com representantes na central, conselho de administração e diretoria executiva representadas pelas pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Central.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Central Sicoob SC/RS e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da central e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: garantia fidejussória, penhor cédula, caução e garantias reais

Operações ativas e passivas – saldo em **31 de dezembro de 2018**:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	% da Operação de Crédito em Relação à Modalidade
Empréstimo	22.487	40,28%
Financiamento	95	4,95%
Crédito Rural	269.858	38,35%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Modalidade	Taxa Média - %
Depósitos à Vista	344	45,45%	0%
Depósitos a Prazo	327.351	16,66%	0,5%

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2018	
Empréstimos e Financiamentos	19,31%

No exercício de **2018** os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e encargos sociais, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2018	
Honorários	876
Encargos Sociais	238

24. Gerenciamento Centralizado de Riscos e de Capital do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (SICOOB)

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN nº 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

24.1 Risco Operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (*RWAopad*) de cooperativas enquadradas no Segmento 4 é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

24.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (*trading*) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (*commodities*), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (*banking*).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – *Value at Risk* para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;

- d) realização periódica de *backtest* do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de *stress*.

24.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

24.4 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

24.5 Risco Socioambiental

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

24.6 Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a efetividade.

25. Coobrigações e riscos em garantias prestadas

Em **31 de dezembro de 2018**, a Cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 794.361,08 (setecentos e noventa e quatro mil, trezentos e sessenta e um reais e oito centavos), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de suas cooperativas associadas com instituições financeiras oficiais.

26. Seguros Contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

27. Índice de Basiléia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.192/2013, compatível com os riscos de suas atividades.

O Patrimônio de Referência (PR) do **SICOOB CENTRAL SC/RS** encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos em **31 de dezembro de 2018**.

28. Benefícios a Empregados

A Central é patrocinadora por um plano de Previdência Complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade PGBL. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As contribuições dos funcionários e administradores da Central são equivalentes a no máximo 3% (três por cento) do salário.

As despesas com contribuições efetuadas durante o exercício de 2018 totalizaram R\$ 90 (noventa mil reais).

Rui Schneider da Silva
Presidente

Valcir José Pscheidt
Secretário

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC - MG-071309/O-3 T-SC

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nós, abaixo assinados, membros efetivos do Conselho Fiscal da COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL – SICOOB Central SC/RS, dando cumprimento as nossas funções legais e estatutárias, após analisarmos todas as peças contábeis que compõem o Balanço Geral, encerrado em 31 de dezembro de 2018, bem como Parecer Técnico dos Auditores Independentes, achando tudo em ordem e de conformidade com a legislação vigente, recomendamos a aprovação das contas, pela Assembleia Geral Ordinária.

Florianópolis/SC, 27 de fevereiro de 2019.



Ana Rauber Balsan
Conselheira Fiscal



Lauri Inácio Slomski
Conselheiro Fiscal



Candido Lucas Costa
Conselheiro Fiscal